



TONDELA
ASSODREC abriu
finalmente nova ERPI
que já funciona em pleno



AÇORES
Cooperação foi atualizada
em “apenas” 4,9% já
no final de dezembro



CSI
Aumento para 670 euros
será só em fevereiro
mas com retroativos

15 DE JANEIRO É O DIA DA CNIS COM APRESENTAÇÃO DE ESTUDO NO PARLAMENTO

“Importância Económica e Social das IPSS em Portugal”

A CNIS, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, faz 45 anos no dia 15 de Janeiro de 2026. É um momento importante para a Confederação que congrega a maioria das Instituições sociais portuguesas. “No dia quinze de Janeiro de mil novecentos e oitenta e um, na cidade do Porto e na Rua de Costa Cabral (...)” Assim começa o documento histórico da constituição formal da União das Instituições Privadas de Solidariedade Social. Foi assinado por 43 outorgantes que representavam 45 instituições.



LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS, SOBRE AS NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO

Estou moderadamente confiante

Aos 79 anos de idade, depois de um grave problema de saúde, o padre Lino Maia continua a liderar a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. É nessa qualidade que coordena a equipa da CNIS que prossegue as negociações com o governo com vista à obtenção de acordo para uma Adenda ao Compromisso de Cooperação 2025-2026 que defina os valores de atualização das comparticipações das diferentes respostas sociais. Lino Maia, nesta entrevista ao SOLIDARIEDADE, volta a dizer que ainda nada está decidido. O objetivo do presidente da CNIS é alcançar, o mais cedo possível, os 50% de comparticipação do Estado para que se cumpra o Pacto de Cooperação revisto há quatro anos. Este é o último ano de mandato. Lino Maia diz que não se vai envolver no processo de escolha do sucessor e garante que não vão faltar candidatos à direção da CNIS.

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

Aprovado por **dermatologistas**

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Opinião

Paulo Pedroso

Sociólogo, Ex-ministro do Trabalho e Solidariedade



O risco de retrocesso nos apoios à vida independente

O Orçamento de Estado para 2026 foi justamente elogiado por se abster dos clássicos “cavaleiros orçamentais”, designação pela qual são conhecidas as normas que, por hábito, lhe são acrescentadas por conveniência política, mas que não têm ligação direta à matéria orçamental ou financeira.

Essa abstenção de cavaleiros orçamentais não foi total. Em matéria de apoio à vida independente, o Orçamento de Estado inclui uma norma programática de que o governo procederá, em 2026, à transição dos projetos-piloto para um “modelo definitivo”, avaliará a sustentabilidade do serviço, equacionará o seu alargamento e ponderará a aplicação da condição de recursos.

A transição de projetos-piloto para

um modelo estrutural é de saudar e uma intenção política que merece, em princípio aplauso, ainda que, não tendo repercussões orçamentais em 2026, não devesse constar de um Orçamento de Estado que se concentrasse na sua missão.

O anúncio de que haverá uma avaliação da sustentabilidade da medida merece igualmente elogio. Em Portugal escasseiam as reformas introduzidas com base em análise da evidência e, mais ainda, rareiam as políticas em que uma reforma é precedida de uma avaliação. É-nos dito também na norma aprovada no Orçamento de Estado – o artigo 196º – que o modelo será implementado através de um processo contínuo de auscultação às pessoas com deficiência e às entidades que as representam.

O que me parece difícil de entender

é que a intenção de auscultar as pessoas com deficiência e os seus representantes e a intenção de avaliar a medida estejam, desde já, condicionadas por um juízo a priori, para o qual não é invocada qualquer evidência.

No número 3 do art.º 196º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro é expressa a intenção de ponderar “a aplicação da condição de recurso, de modo a tornar a atribuição do apoio mais justa e equilibrada”. Se, à partida, a ponderação de uma medida não é condenável, desde que mantenhamos o espírito aberto para as vantagens e desvantagens de a adotar, o enunciado de que a matéria a ponderar torne a atribuição do apoio mais justa e equilibrada pressupõe um juízo que precedeu a auscultação e a avaliação, ou seja, um preconceito.

Os apoios à vida independente não são medidas de combate à pobreza, mas instrumentos de garantia de um direito fundamental de todas as pessoas com deficiência. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de que Portugal é parte, consagra no seu artigo 19º o direito a viver de forma independente e a ser incluído na comunidade e estipula (na alínea b) desse artigo) que as pessoas com deficiência têm acesso a uma variedade de serviços domiciliários, residenciais e outros serviços de apoio da comunidade, incluindo a assistência pessoal necessária para apoiar a vida e inclusão na comunidade

a prevenir o isolamento ou segregação da comunidade.

A introdução de uma condição de recursos no acesso à assistência pessoal seria um travão à realização dos objetivos do artigo 19º da Convenção. É certo que não se encontra nos instrumentos internacionais a garantia de que este serviço deva ser universalmente gratuito, o que deixa aos países margem para a definição de regimes de comparticipação de custos. Mas encontramos nos diversos instrumentos o requisito de que estejam disponíveis e a um preço comportável, o que uma condição de recursos não garantiria.

Deve também ter-se presente que a assistência pessoal cumpre um papel fundamental na autonomia e inclusão na comunidade das pessoas que dela carecem. Como se escreve – e bem – nas Orientações da Comissão Europeia relativas à vida autónoma das pessoas com deficiência e a sua inclusão na comunidade no contexto do financiamento da UE (C/2024/7188), “a assistência pessoal é um facilitador crucial da vida autónoma e da inclusão das pessoas com deficiência. Trata-se de um serviço que presta ajuda e apoio individuais às pessoas com deficiência em todos os aspetos da sua vida (por exemplo, no local de residência, no trabalho e nas atividades sociais ou de lazer). É essencial garantir a disponibilidade e a eficácia de modelos de assistência pessoal para favorecer uma vida autónoma e a inclusão na comunidade.

A assistência pessoal pode facultar às pessoas com deficiência uma autode-terminação total, com acesso a uma tomada de decisões apoiada, quando necessário. A assistência pessoal deve ser individualizada e baseada nas necessidades.”

Neste quadro, a aplicação da condição de recursos ao acesso a este serviço, para que abre a norma incluída no Orçamento de Estado, deixando a descoberto todas as pessoas com deficiência que não cumprissem essa condição, mas que careceriam de acesso a um serviço fundamental que teria custos inportáveis para muitas delas, não poderia nunca ser um fator de justiça e equilíbrio, mas o seu oposto. O parágrafo do OE que abre a porta para esta possibilidade, parece resultar de falta de entendimento da razão de ser da necessidade de garantir este serviço a pessoas com deficiência. Não se trata de apoiar pessoas com deficiência em situação de pobreza, mas de agir para que todas as pessoas com deficiência tenham acesso a uma vida autónoma, em relação a dependências institucionais ou familiares.

A auscultação e a avaliação a que a Lei do Orçamento de Estado aludem talvez afastem o Governo da intenção da introdução de condição de recursos no sistema de apoio à vida independente, que a acontecer tornaria o passo à frente da institucionalização do modelo em vários passos atrás na inclusão das pessoas com deficiência.

Opinião

Eugénio Fonseca



Que espero do novo Presidente da República?

Está próxima a eleição do novo Alto Magistrado da Nação. Temos mais duas semanas para que os candidatos, de forma serena, com objetividade e no âmbito dos poderes que a Constituição da República lhes confere, digam como pensam exercer tão nobre e exigente missão.

Espero que o Presidente da República seja um defensor intrépido do diálogo entre ideologias e visões,

politicamente, diferentes, pugnando pela coesão nacional sem pôr em causa a riqueza da diversidade. Que defenda o crescimento económico, mas integrado na construção de um desenvolvimento sustentável sem assimetrias sociais que ponham em causa o respeito pela dignidade de cada cidadão. Ele tem de ser, também, um mediador de todas as boas vontades que visem a criação do bem comum que é

muito mais que o somatório do bem de cada um. Se tiver de fazer alguma diferenciação, ela terá que ser sempre positiva, ou seja, na defesa dos mais vulneráveis.

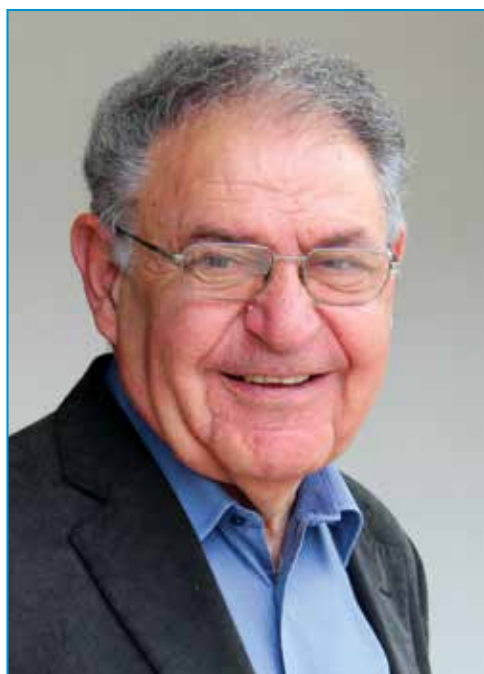
Considero desejável que constitua um Conselho Consultivo para a Coesão Social, com a participação de representantes de instituições, predominantemente, da economia e dos próprios atingidos pelos maiores flagelos sociais. Este Conselho proporcionaria um conhecimento mais empírico das realidades socioeconómicas do país. Lembro o que disse o Papa Leão XIV aos representantes da Associação Nacional dos Municípios Italianos, no passado dia 29 de dezembro, e que se aplica a qualquer político ativo: «no compromisso público, em particular, se deve estar ciente da importância da escuta, como dinâmica social que ativa essas virtudes. Trata-se, de facto, de prestar atenção às necessidades das famílias e das pessoas, cuidando especialmente

dos mais frágeis, para o bem de todos. (...) Lembrou ainda – citando o Papa Francisco – que «a coesão social e a harmonia cívica exigem, em primeiro lugar, ouvir os pequenos e pobres», sem esse compromisso, «a democracia atrofia-se, torna-se um nominalismo, uma formalidade, perde representatividade, desencarna-se porque deixa de fora o povo na sua luta quotidiana pela dignidade, na construção do seu destino». É óbvio que este Conselho não dispensa iniciativas que visem uma maior proximidade do Presidente com o povo. Assim, para além de visitas a instituições de desenvolvimento local, nas quais incluo as IPSS, às que representam grupos sociais diversos, seria interessante que participasse numa reunião, por ano, da Rede Local de cada um dos municípios.

É imprescindível que o Mais Alto Magistrado da Nação pugne pelo estabelecimento de uma maior equidade social que se alcança, entre outras

vias, pela valorização dos poderes locais, do papel das instituições de solidariedade social ou de outra natureza cívica, sem esquecer esse grande património português que é o voluntariado, enquanto um dos meios para exercer uma cidadania plena. Estou convicto de que a solução de grande parte dos problemas nacionais só se resolve com a implementação de políticas públicas que garantam a equidade social de que tanto o país carece. Todavia, essas políticas têm de ter a capacidade de aplicação a cada realidade sem ferir os princípios fundamentais da justiça social, da solidariedade e da subsidiariedade.

Recordo o Papa, no encontro já referido, citando o sacerdote Primo Mazzolari, padre atento à vida do seu povo, ao deixar escrito que «o país não precisa apenas de esgotos, casas, estradas, aquedutos, calçadas. O país também precisa de uma maneira de sentir, de viver, uma maneira de se olhar, uma maneira de se unir”.



Lino Maia
Presidente da CNIS

Editorial

Voltar a casa

1. Em 2020, a CNIS preparou uma proposta de programa, que apresentou ao Governo de então, procurando estabelecer um guião para o encaminhamento das situações relativas aos chamados internamentos hospitalares inapropriados, decorrentes do facto de existir um número muito significativo de pessoas que, após um episódio de internamento hospitalar e a prestação dos respetivos cuidados diferenciados, são objeto de alta clínica – mas, não obstante, não podem abandonar o estabelecimento de saúde, por não disporem de apoio familiar nem se configurar nenhuma outra instância de acolhimento residencial que as receba, ou serviço de apoio domiciliário ou outros na comunidade que permitam a continuidade dos cuidados e apoio após a alta hospitalar.

Trata-se das situações geralmente designadas como de “alta” clínica, sem possibilidade de “alta” social.

Tal proposta não teve então seguimento, mas o problema mantém-se, porventura agravado, na medida em que tem crescido o número de internamentos inapropriados, não havendo respostas institucionais que o mitiguem.

A solução que foi adotada pelo Governo para resolver a questão traduziu-se na consagração das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI, ou Lares de Idosos) e dos Lares Residenciais para pessoas com deficiência como sendo as estruturas de acolhimento das pessoas com alta clínica e sem possibilidade de regresso à sua residência prévia ao internamento hospitalar.

Tal solução tem os seus traços gerais definidos pela

Portaria nº 38-A/2023, de 2 de Fevereiro, que, no seu artº 5º, 1 e 2, determina que “... As vagas de acolhimento ... destinadas ao acolhimento de pessoas adultas com alta clínica e social e que permaneçam internados no hospital são contratualizadas ... através da celebração de adenda ao acordo de cooperação ou através da celebração de novo acordo ...”, a celebrar com as instituições que desenvolvam “... ao abrigo de acordo de cooperação, as respostas sociais de ERPI ou LR (Lar residencial)...”podendo cada uma

dessas instituições “... alocar um mínimo de duas vagas à referida adenda ao acordo ou ao novo acordo a celebrar ..., respeitando a capacidade autorizada do equipamento.”

Por sua vez, o artº 6º da referida Portaria estabelece “... para as vagas em ERPI ... uma comparticipação financeira correspondendo ao valor mensal convencionado de 1.400 euros por pessoa ...”; e, para as vagas em LR ... o valor convencionado ... de 1.770,51 euros por pessoa.”

Ainda segundo as regras determinadas pela mesma Portaria, “o valor mensal convencionado (a pagar pela Segurança Social) ... é atualizado anualmente no âmbito do Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário e respetivas adendas.”

O Compromisso de Cooperação para 2025-2026 regula, por sua vez, a mesma matéria, em execução do disposto na Portaria citada.

Fá-lo na Cláusula XXIII, 1., b., ao reservar 5% das vagas em ERPI a preencher por indicação da Segurança Social para descanso do cuidador informal e para altas hospitalares; o mesmo acontecendo no nº 3 da mesma Cláusula, relativamente aos acordos de cooperação para SAD, em que para as mesmas finalidades são reservadas 10% das vagas; e, finalmente, na Cláusula XLIII, sob a epígrafe “Altas Hospitalares em Equipamentos sem Acordo de Cooperação”

2. Este procedimento tem tido escassa adesão por parte das Instituições titulares de ERPI e de LR (embora a pequena densidade de Lares Residenciais retire significado estatístico ao acolhimento das altas hospitalares nesta resposta social ... A questão tem essencialmente que ver com a rede de ERPI existente no território nacional.)

Deve, portanto, ser reformulado tal procedimento.

Mas, como a solução legislativa para o acolhimento residencial das pessoas em situação de alta clínica e sem retaguarda de apoio aponta para o internamento em ERPI, o discurso público manifesta uma tendência para imputar às IPSS titulares dessas Estruturas o ónus pelo insucesso da solução – atribuindo-lhes uma espécie de responsabilidade, ou de culpa, pela manutenção das situações de internamento hospitalar inapropriado com a apontada dimensão.

Tal discurso é designadamente veiculado pela Associação dos Administradores Hospitalares – que alegam, para além dos riscos que a manutenção do internamento hospitalar inapropriado importa para a saúde dos utentes, também os custos financeiros com as citadas situações de internamento.

Por exemplo, em 2020, por ocasião da elaboração do Programa “Voltar a Casa” pela CNIS, a referida Associação dos Administradores Hospitalares alegava que o custo, para o SNS, da manutenção dessas pessoas em situação de internamento hospitalar, após a “alta” clínica, era de cerca de 400,00 euros por dia e por cama.

Ora, a 9ª edição do Barómetro de Internamentos Sociais informa, segundo dados em 19 de março de 2025, um total de 2.342 internamentos inapropriados nos Hospitais do SNS, com predomínio dos estabelecimentos hospitalares existentes

nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

A multiplicação do custo unitário por cama em Hospital do SNS pelo número de situações de internamento inapropriado dá nota do volume de despesa imputável a esta desarmonia.

3. O figurino desenhado pela Portaria nº 38-A/2023, de 2 de Fevereiro, representa a continuidade de um percurso iniciado em termos de regulação pelo Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário para 2015/2016, que estabelecia, no nº 8 da Cláusula I do Anexo II – Da Saúde, que “deve ser acautelada a manutenção e existência de vagas em ERPI para retorno ou primeira residência de idosos que estejam internados em hospitais do SNS, mediante acordo de cooperação específico para esse efeito a propor em sede de CPSS, até 30 de abril de 2015” – remetendo para acordos tripartidos entre Instituições Particulares de Solidariedade Social e os Ministérios da Saúde e da Segurança Social.

Embora com significado marginal, face à dimensão das necessidades, existiram já algumas experiências de acordos de cooperação tripartidos, entre Instituições Particulares de Solidariedade Social, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Ministério da Saúde, para o funcionamento da resposta social “Unidade de Apoio Integrado”, que, embora pela caracterização normativa se destine ao acolhimento residencial de pessoas com dependência, pode permitir uma adaptação a uma caracterização mais ampla dos respetivos utentes.

4. O diagnóstico que subjaz à presente situação inscreve-se, por seu lado, na caracterização da população idosa acolhida nos equipamentos e serviços pertencentes à rede das Instituições Particulares de Solidariedade Social, como se pode comprovar por estudos realizados sob a égide da CNIS, de que constitui exemplo o estudo, levado a cabo pela Universidade de Évora, designado “O Diagnóstico de Saúde da População Servida pelas IPSS associadas da CNIS”.

Foi possível aí concluir pelo reconhecimento da necessidade de novas respostas e de melhoria de práticas, face ao envelhecimento, fragilidade, doença e dependência, conduzindo a um melhor conhecimento das realidades, intervenção e valor das IPSS e a uma capacidade de demonstrar as necessidades a nível dos utentes, dos recursos humanos profissionais e voluntários, das estruturas e equipamentos, ambientais e de enquadramento interinstitucional, de investimento em modernização e adaptação, em novas tecnologias e equipamentos e de articulação com o Estado para uma cada vez maior humanização e proximidade das respostas sociais e de saúde, cujas fronteiras se revelam cada vez mais ténues e interdependentes.

Concluiu-se igualmente pela necessidade de combater as diversas formas de exploração lucrativa ilegal do envelhecimento e da dependência e incapacidades das famílias, através da oferta pelas IPSS de apoios e cuidados de maior qualidade e alargados cada vez mais a um maior número de cidadãos, na comunidade, em proximidade e no meio habitual de vida, num contexto de sistema e de redes integradas e coordenadas de respostas, a nível nacional, regional e local, conciliando a coerência de estratégias e programas nacionais com a necessária descentralização e localização das respostas, diferenciadas de acordo com as diversas realidades territoriais e culturais.

5. Sucede que a falta de motivação das IPSS para colocarem a sua rede de ERPI ao serviço do escoamento das situações de internamento hospitalar inapropriado, nas condições atualmente em vigor, se afigura amplamente justificada – quer por simples critérios de gestão, quer por respeito pelos utentes admitidos em ERPI pelas Instituições, pelo que a CNIS volta a insistir no programa “Voltar a Casa”.

“IMPORTÂNCIA ECONÓMICA E SOCIAL DAS IPSS EM PORTUGAL”

CNIS publica quinto estudo e faz apresentação no Parlamento

No próximo dia 15 de janeiro vai ser apresentado na Sala do Senado da Assembleia da República o quinto estudo da série “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal” editado pela CNIS em formato impresso e em formato eletrónico, com dados relativos a 2022 e 2023. Este estudo foi realizado por Américo M. S. Carvalho Mendes, coordenador da ATEs – Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa (Porto) e por Francisco M. A. S. Martins da Rocha, da Central de Balanços e Gabinete de Auditorias Financeiras da CNIS.

Pelas 14 horas, na cerimónia de apresentação, o presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, fará o discurso de abertura a que se seguirá a intervenção do presidente da CNIS, padre Lino Maia. Logo depois, o estudo “Importância Económica e Social das IPSS em Portugal” será apresentado por Américo M. S. Carvalho Mendes, coordenador da ATEs – Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa (Porto). Caberá à Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, o encerramento da sessão.

O presidente da CNIS, Lino Maia, realça a importância desta apresentação, no dia da CNIS, na Assembleia da República: “É um estudo científico valorizado pelo Banco de Portugal que revela a importância económica e social das instituições sociais que empregam mais de 250 mil trabalhadores e onde cada euro aplicado e investido se multiplica mais de quatro vezes. Em muitas zonas do país é a única resposta de carácter público, em 23% das freguesias deste país, é uma IPSS que lá está e não qualquer organismo da função pública.”

Tal como nos quatro estudos anteriores publicados em 2018,



2020, 2022 e 2023, este também é composto por duas partes. A primeira parte corresponde à atualização para 2022 e 2023 da Central de Balanços baseada em duas amostras de IPSS, uma com 565 organizações e outra com 1000 organizações que inclui a anterior. O termo “Central de Balanços” designa um conjunto de indicadores sobre a situação económica e financeira das IPSS calculados com base nas suas demonstrações financeiras. Estes indicadores referem-se às percentagens de IPSS com resultados operacionais e resultados líquidos negativos, estrutura dos gastos e dos rendimentos, estrutura financeira, rentabilidade do capital próprio e fatores que a influenciam e custos e rendimentos médios por utente e por resposta social.

Os indicadores relativos às percentagens de IPSS com resultados operacionais e resultados líquidos negativos, estrutura dos gastos e dos rendimentos, estrutura financeira, rentabilidade do capital próprio e fatores que a influenciam foram publicados desde o primeiro estudo desta série, nessa altura com dados relativos a 2016 e para uma amostra de 565 IPSS que foi

mantida nos estudos seguintes, incluindo no que agora vai ser publicado. No estudo publicado em 2022 esta série foi alargada para 1000 IPSS, com dados a partir de 2017. Assim sendo, com este quinto estudo há séries temporais de valores dos indicadores atrás referidos desde 2016 até 2023 para a amostra de 565 IPSS e de 2017 até 2023 para a amostra de 1000 IPSS que inclui a anterior. A série de indicadores relativos aos custos e rendimentos por utente e por resposta social iniciou-se em 2019.

Estas amostras têm a mesma composição geográfica (por distritos e regiões autónomas) e por formas jurídicas que o conjunto das IPSS e equiparadas existentes no país. A amostra de 1000 IPSS corresponde a cerca de um quinto do número total de IPSS e a cerca de 30% do total do Valor Acrescentado Bruto destas organizações.

No que se refere à percentagem de IPSS com resultados operacionais e resultados líquidos negativos observou-se um aumento de 2022 para 2023, depois de uma tendência de diminuição que tinha vindo a acontecer desde 2018. A percentagem das mensalidades no total dos



rendimentos que desceu durante a pandemia, aumentou de 2021 (28,52%) para 2022 (29,35%), para voltar a descer um pouco em 2023 (28,99%). A percentagem das participações da Segurança Social no total dos rendimentos durante a pandemia passou para níveis ligeiramente superiores a 40%, tendo aumentado um pouco de 2021 (40,41%) para 2022 (40,72%) e de 2022 para 2023 (41,37%).

Na segunda parte deste quinto estudo e dos quatro anteriores recorre-se a outras fontes de informação diferentes das demonstrações financeiras das IPSS para analisar vários aspetos da importância económica e social

destas organizações. Assim, nos quatro estudos já publicados foram abordados os seguintes temas: o efeito multiplicador das IPSS nas suas economias locais, o valor do trabalho voluntário nas IPSS, a distribuição geográfica dos equipamentos e do emprego nas IPSS e como ela contribuiu para atenuar as disparidades regionais e a importância relativa das IPSS nas respostas sociais na área da saúde.

No estudo que vai ser apresentado no dia 15 de janeiro é apresentada informação sobre as capacidades das IPSS nas respostas sociais para as pessoas idosas, comparadas com as dos setores público e social mercantil.

15 DE JANEIRO

CNIS comemora 45 anos de vida ao serviço da solidariedade

A CNIS, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, faz 45 anos no dia 15 de Janeiro de 2026. É um momento importante para a Confederação que congrega a maioria das IPSS portuguesas.

“No dia quinze de Janeiro de mil novecentos e oitenta e um, na cidade do Porto e na Rua de Costa Cabral, número cento e vinte e oito, perante mim, José Cabral de Matos, Notário no Terceiro Cartório Notarial do Porto, compareceram como outorgantes: (...)”

Assim começa o documento histórico da constituição formal da União das Instituições Privadas de Solidariedade Social. Foram 43 os outorgantes que representavam 45 instituições, todas do Norte e, em grande maioria, do Porto. Duas acabaram por faltar à escritura. O documento notarial, com 30 páginas, define o quadro legal em que se inscreve a União, as finalidades e atribuições, as obrigações dos órgãos diretivos, o regime financeiro e obrigava à criação imediata de uma comissão administrativa com o prazo de um ano para convocar eleições.

Em princípios de 1979, um grupo de representantes das Instituições Particulares nas Comissões de Participação e Consulta junto das Direções de Segurança Social deu início aos preparativos de um Congresso das Instituições Privadas de Assistência, depois designadas por Solidariedade Social. Foram entretanto criados os Centros Regionais de Segurança Social e as Comissões deixaram de existir. O processo de organização da reunião magna foi interrompido. No dia 19 de Abril de 1980, numa reunião orientada pelo padre Virgílio Lopes, em representação da União das Misericórdias, foi efetuado um encontro para se levar a efeito o II Congresso.

A escolha para Secretário-geral recaiu no padre Marinho Cia, falecido em Agosto de 2007, Diretor-Fundador do referido Centro de Caridade. A escolha do local respeitou a origem do movimento. O I Congresso tinha sido realizado no Porto em 1903. “O Porto foi sempre rico alfofre de obras de assistência privada e de caridade”, justificava o padre Marinho Cia, na carta de apresentação do Congresso de 1980. O sítio selecionado foi o Cinema Estúdio, do Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, nos dias 14 e 15 de Junho.

Para o Congresso inscreveram-se, ao todo, 298 Instituições de

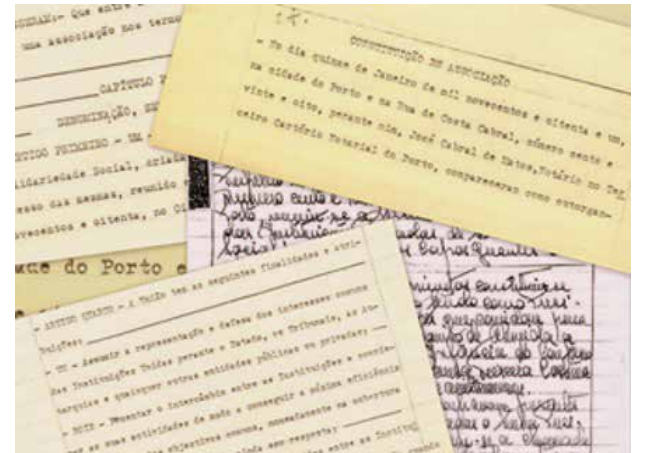
Solidariedade Social: 19 IPSS de Aveiro; 3 de Beja; 29 de Braga; 8 de Bragança; 10 de Castelo Branco; 13 de Coimbra; 4 de Évora; 7 de Faro; 9 da Guarda; 14 de Leiria; 46 de Lisboa; 4 de Portalegre; 81 do Porto; 11 de Santarém; 5 de Setúbal; 6 de Viana do Castelo; 7 de Vila Real; 17 de Viseu; 4 dos Açores; e uma da Madeira.

Foram estas Instituições que aprovaram as conclusões do II Congresso onde, logo no ponto primeiro, era referido que “as instituições presentes neste Congresso deliberaram a criação da União das Instituições Privadas de Solidariedade Social, elegendo desde já uma comissão encarregada de praticar todos os actos necessários à institucionalização jurídica da União...”

João de Moraes Leitão, então Ministro dos Assuntos Sociais, ouviu e aplaudiu o anúncio da criação da União: “O facto de aqui ter sido anunciado a formação de um Parceiro Social ao nível da Solidariedade, ao nível do Trabalho Social, é para este Governo, que motivou, que incentivou, que procurou que fosse uma realidade que a vossa vontade se pudesse vir a realizar, tudo isso para este governo e para mim, pessoalmente, uma grande satisfação.”

No dia 15 de Janeiro de 1981, meio ano depois do Congresso, compareceram, na rua Costa Cabral, no Porto, 41 representantes de IPSS para rubricarem o documento fundador do que é hoje a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade. No ponto um, das finalidades e atribuições, da então nomeada União das Instituições Privadas de Solidariedade Social, ficou plasmada a matriz da acção a desenvolver: “Assumir a representação e defesa dos interesses comuns das Instituições Unidas perante o Estado, os Tribunais, as Autarquias e quaisquer outras entidades públicas ou privadas”.

Segundo o documento histórico da constituição formal da União das Instituições Privadas de Solidariedade Social, foram 43 os outorgantes que representavam 45 instituições, todas do Norte e, em grande maioria, do Porto. Duas acabaram por faltar à escritura. O documento notarial, com 30 páginas, define o quadro legal em que se inscreve a União, as finalidades e atribuições, as obrigações dos órgãos diretivos, o regime financeiro e obrigava à



criação imediata de uma comissão administrativa com o prazo de um ano para convocar eleições.

O I Congresso tinha sido realizado no Porto em 1903. “O Porto foi sempre rico alfofre de obras de assistência privada e de caridade”, justificava o padre Marinho Cia, na carta de apresentação do Congresso de 1980 que se realizou no Cinema Estúdio, do Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, nos dias 14 e 15 de Junho com a presença de 298 Instituições de Solidariedade Social.

Foram estas Instituições que aprovaram as conclusões do II Congresso onde, logo no ponto primeiro, era referido que as instituições “deliberaram a criação da União das Instituições Privadas de Solidariedade Social, elegendo desde já uma comissão encarregada de praticar todos os actos necessários à institucionalização jurídica da União...”

E assim, no dia 15 de Janeiro de 1981, meio ano depois do Congresso, compareceram, na rua Costa Cabral, no Porto, 41 representantes de IPSS para rubricarem o documento fundador do que é hoje a CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.

ANTIGA PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

Faleceu Manuela Mendonça

Faleceu Manuela Mendonça antiga membro dos órgãos sociais das CNIS em 2006, tendo assumido a Presidência da Mesa da Assembleia Geral, entre 2012 e 2018.

Manuela R. C. Mendonça de Matos Fernandes, que era, atualmente, Secretária Diocesana de Lisboa da Obra Nacional Pastoral dos Ciganos, da qual já fora presidente, nasceu em S. Cristóvão, Montemor-o-Novo, a 12 de fevereiro de 1948, sendo Professora aposentada do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Licenciada e doutorada em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de Lisboa, foi, de 1990 a 1996, subdiretora Geral dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, de 2004 a 2006, secretária-geral da Academia Portuguesa da História e era, desde 10

de janeiro de 2006, presidente desta mesma Academia, tendo sido também membro de mais de vinte Academias, nacionais e estrangeiras.

Especialista em História da Baixa Idade Média e nas relações peninsulares na mesma época, Manuela Mendonça é autora de mais de centena e meia de trabalhos, distribuídos por diversos livros, Atas e Revistas.

A CNIS esteve representada nas cerimónias fúnebres, que decorreram no dia 27 de dezembro, na igreja de Moscavide, pelo presidente da Assembleia Geral, José Carlos Batalha, representará a CNIS nas cerimónias fúnebres no sábado, dia 27, a partir das 16:30h, na Igreja de Moscavide.

À família enlutada, o SOLIDARIEDADE envia as mais sinceras condolências.



Cooperação nos Açores foi atualizada em 4,9%

O acordo, assinado no dia 22 de dezembro, é financiado pelo Governo da

Segundo o presidente da URIPSSA,

Para a secretária regional da Saúde e Segurança Social, Mónica Seidi, no ano passado foi feito um estudo a nível nacional sobre os custos reais das respostas sociais nas instituições, que não incluiu as valências

Ainda sem os custos reais calculados, a titular da pasta da Segurança Social nos Açores salientou que a região tem especificidades próprias: “Nós percebemos que existam valências em funcionamento que não são sustentáveis por si só. O valor transferido pela frequência dos utentes poderá não cobrir todas as despesas que essa valência tem para dar a resposta e tornar a instituição sustentável. Contudo, também reconhecemos que, se calhar, em algumas dessas ilhas é a única resposta que está disponível e, portanto, não é opção fechar essa resposta. É isso que a República também tem de entender”.

JANEIRO 2026

ASSODREC, TONDELA

Após muitas hesitações e problemas, nova ERPI já funciona em pleno

Após um longo e trabalhoso processo, a ASSODREC - Associação Social, Desportiva, Cultural e Recreativa de Parada de Gonta já tem em funcionamento a tão desejada Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI). A abertura foi a 31 de outubro e o lar já funciona com lotação esgotada, excetuando-se as cinco vagas reservadas pela Segurança Social.

Construído com o apoio do PARES 3.0 e um custo global de cerca de 1,5 milhões de euros, o equipamento permitiu ainda a criação de um Centro de Dia e o alargamento da capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) de 30 para 40 utentes. A ERPI tem uma capacidade máxima de 27 camas.

Terra de forte emigração, em especial para os Estados Unidos, Canadá e Alemanha, Parada de Gonta, no concelho de Tondela, no final do século passado não tinha qualquer resposta para os mais velhos que ficavam sós na terra. Daí, um grupo de amigos ter decidido criar a ASSODREC, em 1997, tendo como única resposta social o SAD.

“Arrancou-se com o SAD, para apoiar 10 utentes, mas ter um serviço com apenas 10 utentes não era sustentável e a Associação estava mal financeiramente”, recorda Manuel Riquito, atual presidente da instituição, que, com o apoio da Câmara Municipal de Tondela, “comprou o solar, que estava em ruínas, já com o objetivo de fazer um lar, mas as coisas não avançaram e esse processo ficou estagnado”.

Por altura que Manuel Riquito entrou para a Direção, “há mais de 10 anos”, ainda com outro presidente, “foi essa equipa que começou a avançar com o projeto do lar”.

No entanto, até ao dia de hoje, com o equipamento em funcionamento, os dirigentes da ASSODREC tiveram “muitas dores de cabeça”.

“Na altura que o projeto já estava mais ou menos feito, entrou a Câmara e a Junta, que queriam recuperar a zona em frente ao solar”, começa por contar Manuel Riquito, prosseguindo: “Face a isso, tivemos de reformular o projeto e, aí, ainda tivemos algum azar com o gabinete de engenharia que fez



o projeto, pois qualquer alteração iria demorar quase um ano”.

Quando a instituição pensava ter o projeto pronto, “na Segurança Social havia sempre qualquer coisa que não estava bem, sendo que qualquer alteração demorava sempre muito tempo”.

Finalmente com o projeto aprovado, a instituição viu surgir o PARES 3.0 e o entusiasmo cresceu entre os dirigentes.

“Para nosso espanto, passado um ano e pouco, recebemos uma notificação de que o projeto não tinha sido aprovado, apontando que faltava o alvará”, recorda o presidente da instituição, acrescentando: “Isso foi uma desculpa de mau pagador, porque o alvará só aparece quando o empreiteiro vai levantar a licença. Foi um balde de água gelada para todos nós!”.

Num impasse e com todas as vozes que ouviam a dizerem que “a situação dificilmente voltaria atrás”, os dirigentes tentaram tudo o que lhes era possível para demonstrarem que o projeto era válido.

Aconselhados a concorrer ao, recém-criado, PRR, os dirigentes da ASSODREC decidiram investir num sistema AVAC, tal como o programa europeu exigia.

“Estava o prazo do PRR a terminar

e ainda não tínhamos resposta do PARES, pelo que foram mais uns dias de dores de cabeça para sabermos se anulávamos o PARES e seguíamos para o PRR ou se deixávamos as coisas seguir como estavam”, lembra Manuel Riquito, acrescentando: “Até que faltava um dia ou dois para terminar o PRR, quando recebemos a notícia de que poderíamos avançar com o PARES que a candidatura havia sido aprovada”.

A obra começou em final de 2023, mas, entretanto, os valores orçamentados inicialmente (perto de 900 mil euros), em 2021, já tinham escalado.

Para além do AVAC, que apesar de não exigido pelo PARES, a instituição decidiu aplicar na mesma, a instituição teve ainda vários contratempos na construção, por questões relacionadas com o terreno, o que encareceu a obra em cerca de 80 mil euros. Depois, “o projeto tinha algumas lacunas e quem fez o orçamento para o concurso teve algumas falhas”, lamenta.

Em termos financeiros, a ASSODREC tem contado com a solidariedade dos paradenses emigrados. Por alturas da compra do solar, nos Estados Unidos, era criada a CAB*USA (Comissão de Angariação e Beneficência de Parada de Gonta nos



Estados Unidos), uma associação de gente ligada a Parada de Gonta e que começou a angariar dinheiro para desenvolver a localidade.

Aliás, por essa altura, uma delegação da CAB*USA esteve em Parada de Gonta e acabou por adquirir um terreno para que a instituição ali construísse o lar de terceira idade.

“Houve alguma confusão se se fazia um lar de raiz no terreno comprado pela CAB*USA ou se se investia aqui no solar. Acabou-se, por questões políticas, por se optar pelo solar”, recorda, lembrando que o terreno doado acabou por ser vendido pela instituição.

Para além da comunidade emigrante

nos Estados Unidos, também as do Canadá e da Alemanha se têm mobilizado para apoiar a instituição.

Também a autarquia é parceira da ASSODREC no investimento, mas, como “não podia dar dinheiro, acordou com a Associação que pagaria cerca de 50% das mensalidades até 2041 do empréstimo de 700 mil euros que foi pedido à banca”.

Apenas com o SAD, a instituição empregava sete funcionários, sendo que agora conta com uma equipa de 25 trabalhadores, estando ainda a contratar mais.

PEDRO VASCO OLIVEIRA
(TEXTO E FOTOS)

PADRE LINO MAIA, PRESIDENTE DA CNIS

A servir no Sector Social Solidário é on

JORNAL SOLIDARIEDADE - Em que pé é que estão as negociações com o governo, sobre a Adenda do Compromisso de Cooperação 2025/2026, sendo que recentemente o ouvi dizer que não tinha muita esperança no resultado e, em entrevista ao SOLIDARIEDADE, a Secretária de Estado manifestava otimismo e afirmava que neste mês de janeiro haveria novidades. Qual é o ponto da situação?

PADRE LINO MAIA - Eu não posso dizer que esteja muito confiante numa boa solução, mas deram-se passos interessantes. Não há conclusão nenhuma nas negociações, mas pelo menos notei alguma sensibilidade para que, com base no estudo conjunto que foi feito dos custos das várias respostas sociais, e sabendo que em várias delas, a participação pública é bastante inferior aos 50%, haja uma aproximação. Da parte do governo não houve garantias, houve sensibilidade. E por isso é que eu digo que não estou excessivamente otimista, estou moderadamente confiante.

Há algum limite para negociar?

Não há compromisso nesse aspeto, mas há vontade da parte do governo para que antes do final de janeiro podermos chegar a uma conclusão. Seja positiva ou negativa, digo eu. Nós sabemos que se não houver acordo o governo tem possibilidade de publicar uma portaria e decidir unilateralmente. Não é, certamente, a vontade do governo e também não é a nossa vontade. Se acontecer a atualização será deficitária.

Qual é a posição que deixaria a CNIS confortável no acordo. Ou seja, quais são os objetivos da CNIS nesta negociação?

Em todas as respostas sociais que estão abaixo dos 50% tem haver uma aproximação significativa. Nas respostas de apoio a pessoas com deficiência, o Estado comparticipa em 85%. E há duas em que não falamos de comparticipação mas de pagamento: creche e LIJ (Lares de Infância e Juventude). Nas casas de acolhimento não há comparticipação familiar e nas creches o Estado assumiu a gratuidade depois de ter sido feito um estudo, em 2024, em que o custo da creche seria cerca de 525 euros. Para 2026 há um dado adquirido: a creche será paga com os 2,2% de atualização, que faltou o ano passado, mais os 4,7% que seria a atualização-base para este ano. Nós exigimos que haja retroativos de seis meses. Nas outras respostas sociais, aquilo que nós pretendemos é que em todas as que estão abaixo dos 50% haja uma aproximação na comparticipação. O que significa que nas versões de ATL que estão abaixo, podemos ainda não chegar aos objetivos, mas tem que haver um sinal claro nesse sentido. Na resposta social ERPI, (neste momento está em 40,9%), e no Centro de Dia, (que está em 32,4%), estamos muito abaixo dos 50% e exigimos que haja uma aproximação muito significativa. O

mesmo no Centro de Noite onde a comparticipação é de 32,9%. No CAO/CACI estamos abaixo dos 85% que é a nossa reivindicação. Sabemos que há CAO's que ainda não deram o passo para serem CACI's, mas queremos que o façam e, por isso, pretendemos que vejam atualizados os acordos de cooperação. No Lar Residencial a pretensão são os 85% na coparticipação pública. E há ainda as situações dos Cuidados Continuados e do Pré-escolar. Portanto, ainda há muitos passos a dar.

O governo tem usado a questão da legislatura para ir diluindo esta aproximação aos 50%...

Eu penso que é uma atitude abusiva. O Pacto de Cooperação foi assinado em 2020, em dezembro. Passaram quatro anos que é o tempo de uma legislatura. Depois de ser assinado já houve três legislaturas e ninguém garante que a atual seja de quatro anos. Tem que se pôr cobro a este protelamento. Tem que haver um limite temporal e já o dissemos a este governo.

É verdade que há agora há uma fórmula-base das atualizações anuais aceite pelo governo e pelas organizações do sector social?

Primeiro, foi importante ver quais são os custos das várias respostas sociais. E foi importante estabelecer-se uma forma de atualização que tem em conta a inflação e o impacto do aumento das atualizações salariais. Eu não me sinto, sempre o disse, muito confortável com o valor a que se chegou porque a inflação neste sector é muito superior à inflação média nacional. A massa salarial representa, em média, 70% de uma resposta social e depois há a energia e alimentação, que é o que tem tido mais aumentos. Portanto, a inflação específica, neste sector, é de facto superior à média nacional. E, segundo os estudos feitos, nós estamos 15% abaixo nos salários. Temos que valorizar os trabalhadores e aproximar-nos da média nacional. Esta forma de atualização não tem em atenção a valorização salarial significativa nem a inflação específica no sector. Chegou-se a esse acordo, mas eu penso que tem que ser revisto.

Considera que a contratação de imigrantes no sector social é uma forma de resolver a dificuldade de atrair trabalhadores para as IPSS?

Os imigrantes são bem-vindos, nós precisamos deles. Os imigrantes são pessoas e têm que ser vistos como pessoas com dignidade que vêm à procura de melhores condições de vida. Nós portugueses sabemos o que é isso e não temos moral para fazermos um discurso anti-imigração. São filhos de Deus como nós e independentemente da cor, da origem, da língua, da religião, são pessoas com dignidade. Dito isto, é normal que os imigrantes apareçam nas instituições. O problema é que muitos fazem das instituições uma espécie de estágio para uma outra atividade. Eu compreendo e não será por isso que vamos fechar as portas.



Aliás, defendo a valorização salarial para aumentar a atratividade do sector.

Sente que há alguma desvalorização, seja da parte da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social seja da parte do primeiro-ministro, relativamente às organizações sociais que estão envolvidas nas negociações?

Eu penso que não. Aliás, nas primeiras intervenções do primeiro-ministro, houve reconhecimento da importância destas instituições. Foram importantes alguns passos dados. O primeiro-ministro inicialmente falava de uma lei de financiamento do sector. Agora afirma que, ao chegar-se à fórmula de atualização anual, alcançou-se o

de me sinto mais completamente padre



principal. Eu penso que não. Tenho também algum receio, sem personalizar, que em alguns sectores, e não exclusivamente em tarefas executivas, haja quem possa imaginar que o futuro das IPSS seja a empresarialização. Se formos por aí, perde-se, primeiro, a missão destas instituições que é privilegiar os mais carenciados, pondo em perigo o

Estado Social. É só uma chamada de atenção.

Continua a haver consonância de posições entre as organizações do sector social nas negociações com o governo?

Somos quatro organizações, quatro entidades representativas do setor: Confecoop, União das Mutualidades, União das Misericórdias e CNIS.

Procuramos estar de mãos dadas porque não interessa a nenhuma, e também não interessa à CNIS, querer protagonismo ou isolar-se. Só com o contributo de todos é que conseguimos alcançar os objetivos e tem havido essa preocupação. Há bom relacionamento e uma boa comunhão entre as organizações.

Tem havido surgimento de novas respostas sociais para novos problemas da sociedade. É o caso do SAD+Saúde ou até das habitações colaborativas. As IPSS estão preparadas para estes novos tempos?

Estão. Eu sou absolutamente a favor das residências colaborativas. Há experiências interessantes em Portugal, mas recomendo que se aposte mais nesta resposta. Quanto ao SAD+Saúde, é muito importante. Nós sabemos que há muitas pessoas que estão retidas em casa, a quem se prestam apoios sociais, mas que precisam de cuidados de saúde. O SAD tem que ser pluridisciplinar, não é suficiente a refeição e a higiene e são precisas mais horas desse serviço. Mas há também uma outra resposta social que é preciso criar para as pessoas que são deixadas nos hospitais, têm alta clínica e não têm alta social. Já há algumas soluções e algum encaminhamento de pessoas.

É preciso uma solução especial para essas pessoas que ficam nos hospitais sem terem para onde ir...

Cada vez são mais e não é suficiente uma vaga num lar. É preciso uma solução transitória. A CNIS tem um projeto que vai apresentar brevemente. Em 2020 foi apresentado o “Voltar a Casa”. Vamos insistir nesse projeto e espero que tenha bom acolhimento. Temos que deixar de pensar nisso só no Natal porque é um problema que persiste todo o ano. São mais de duas mil pessoas que estão nos hospitais por não terem para onde ir. Dessas, metade são pessoas que precisam desse tipo de resposta, de ir para uma resistência pequena, serem acompanhadas, terem cuidados específicos, não digo durante muitos anos, mas durante algum tempo até que possam depois ir para um lar.

Como é que isso se cruza com a questão dos Cuidados Continuados, resposta que também parece estar em situação de abandono?

Nós precisávamos de muito mais camas. O problema é que não tenha havido atualização no financiamento e há instituições que estão a optar por converter em ERPI's os Cuidados Continuados. Nós ficamos muito desagradados com o recuo do Estado no PRR. É marginalizar um sector que é necessário, que responde, que é pilar essencial do Estado Social. E além do mais, soubemos do recuo do Estado pela comunicação social. Foi um dos momentos em que claramente o diálogo não existiu.

Este é o seu último ano à frente da CNIS.

Depois de 20 anos como presidente como vê o futuro da Confederação?

Eu não quero pronunciar-me sobre o futuro deste sector. Infelizmente tem futuro porque vai ser sempre necessário, oxalá não fosse, era sinal de que vivíamos num país em que todos estavam bem e prósperos.

A direção da CNIS vai apresentar uma lista institucional às próximas eleições?

Pode fazê-lo, mas não é obrigatório. Ainda não tomámos decisões nenhuma nesse sentido. Obviamente não vou falar de candidatos. Quero aqui esclarecer apenas uma questão: eu era apresentado como candidato, mas nunca foi minha aspiração liderar a CNIS. Aceitei liderar com alegria porque acredito muito neste sector das IPSS. E direi até que foi com o serviço na CNIS que me senti mais padre. Eu acho que a Igreja e os padres têm que estar, e estão, muito voltados para responder às necessidades das pessoas.

Teve concorrência nos primeiros atos eleitorais, mas a partir de certa altura era candidato único. Acha que agora haverá apetência pela liderança da CNIS?

Espero que não haja apetência pela direção da CNIS mas por servir o sector. Isto é serviço e muito importante. Eu creio que não faltarão pessoas disponíveis para servir com entusiasmo, com dedicação e com potência este sector e a CNIS.

Teve recentemente um problema muito grave de saúde e passou por um mau bocado. Chegou a considerar abandonar a presidência da CNIS?

Foi, de facto, um incidente muito grave. Só ao fim de algum tempo é que comecei a ter a consciência do que tinha acontecido. Primeiro pensei que não sobreviveria e, depois, a dúvida era se eu ficaria, com ou sem sequelas e a hipótese mais séria era que ficasse com sequelas graves. Não fiquei. Há quem diga que foi milagre. Senti uma enorme solidariedade. Eu estou muitíssimo grato a todos e a todas, senti, de facto, uma enorme solidariedade. Por uma questão de justiça para com a CNIS, se ficasse com sequelas, era obrigatório da minha parte, assumir a impossibilidade e resolver a situação. Estou bem e, portanto, vou até ao fim do mandato. Não estou ansioso que termine o ano que falta porque eu gosto muito deste sector e, como disse, é como me sinto mais completamente padre. Agora, que não haja dúvidas, é mesmo o último ano. Penso que ainda há quem duvide. Ninguém pode levar a mal eu estar a falar desta maneira, até porque já foram bastantes anos de doação. Claro que não fui o único e a CNIS tem uma equipa diretiva fabulosa, com gente dedicadíssima, competente. Estou convencido que vai haver pessoas que se disponham a servir com competência e alegria este sector.

V. M. PINTO (TEXTO E FOTOS)

CANDIDATURAS À 3ª GERAÇÃO DO PARES 3.0 ABREM DIA 20 DE JANEIRO

Quatro milhões de euros para CAT de sem-abrigo

Governo anunciou a abertura a 20 de janeiro das candidaturas à terceira geração do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES 3.0), para centros de alojamento temporário de sem-abrigo, programa que tem um orçamento total de quatro milhões de euros.

A próxima ronda de apresentação de candidaturas realiza-se entre 20 de janeiro e 20 de março de 2026 e estará centrada nas instituições para acolhimento, por tempo limitado, de pessoas em situação de carência ou vulnerabilidade, como as pessoas em situação de sem-abrigo, de acordo com um despacho publicado em Diário da República.

São elegíveis projetos da economia social que criem mais lugares e capacidade de resposta e outros que “visem a realização de obras em estabelecimentos de apoio social que revistam carácter de urgência ou quando se verifique a necessidade de adaptação de instalações e/ou substituição de materiais e equipamentos”.

“É prioritário aumentar e requalificar os equipamentos sociais destinados às pessoas

em situação de sem-abrigo, nomeadamente os Centros de Alojamento Temporário, focando na dignidade humana, na reinserção social e no projeto de vida de cada indivíduo, através de modelos de alojamento mais pequenos e personalizados, intervenção psicossocial e integração no mercado de trabalho”, lê-se no diploma assinado pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Rosário Palma Ramalho.

O custo padrão de construção por utente da resposta social elegível, para determinação do investimento máximo elegível de referência relativo às infraestruturas, é de 6.332 euros (lugares a remodelar) e 31.659 euros (lugares a criar), sendo que os valores incluem despesas relativas à construção, assim como arranjos exteriores, equipamento eletromecânico e fixo.

Para se candidatarem a esta terceira edição do PARES 3.0, as instituições de apoio a sem-abrigo precisam de preencher um formulário do Instituto da Segurança Social e enviar um estudo prévio ou elementos de fase posterior do projeto de arquitetura e documentação comprovativa emitida pela autarquia competente



sobre as obras a realizar.

No final do ano passado, existiam mais de 14.400 pessoas em Portugal em situação de sem-abrigo, segundo os dados divulgados recentemente pela Estratégia Nacional para

a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA). O número corresponde a um aumento homólogo de 1.348 e inclui quem está na rua e quem reside em centros de alojamento temporário.

LIPAC, VILA NOVA DE FAMALICÃO

Está em marcha o projeto inclusivo para a infância «Mãos que Cuidam»

Já está em marcha o novo projeto da LIPAC – Liga de Profilaxia e de Ajuda Comunitária dirigido a crianças e famílias do concelho de Vila Nova de Famalicão, intitulado «Mãos que Cuidam – Inclusão Social e Bem-Estar Infantil», com o apoio Prémio BPI Infância.

O projeto surgiu da necessidade crescente de apoiar crianças que enfrentam

vulnerabilidade emocional, social e escolar, bem como as suas famílias, através de uma abordagem multidisciplinar.

Com este projeto, a LIPAC pretende “desenvolver competências emocionais e sociais para fortalecer autonomia e a resiliência infantil, promover a saúde mental infantil e práticas de bem-estar, pelo acompanhamento psicológico das crianças e

encarregados de educação e ainda envolver as famílias e a comunidade na promoção do bem-estar infantil”, explica a instituição sediada na freguesia de Calendário na nota enviada ao Solidariedade, onde acrescenta: “O objetivo é fortalecer a inclusão social, promover igualdade de oportunidades e proporcionar um espaço seguro onde crianças e famílias possam trabalhar

dificuldades, desenvolver competências e melhorar o seu bem-estar”.

As inscrições já estão abertas, sendo que as atividades tiveram início no mês de dezembro na sede da LIPAC, em Calendário. Para proceder à inscrição, as famílias devem entrar em contacto com a instituição através do e-mail lipac.geral@gmail.com ou dos contactos telefónicos 252 376 309 ou 912 323 948.

INVESTIMENTO GLOBAL DE MAIS DE OITO MILHÕES DE EUROS

Peniche e Alvaiázere vão ter Unidades de Cuidados Continuados Integrados

O ano de 2026 trará ao distrito de Leiria uma maior capacidade de resposta ao nível dos Cuidados Continuados, com a construção de duas UCCI por iniciativa de duas IPSS.

Assim, a APSERRA – Associação para Seniores de Serra d’El-Rei, no concelho de Peniche, está a construir uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, um projeto no valor de 3,668 milhões de euros (sem IVA), e com um prazo de execução de 10 meses.

A APSERRA presta apoio a 32 utentes em Centro de Dia e a outros 30 no Serviço de Apoio Domiciliário, apesar de ter uma capacidade mais alargada em cada uma destas respostas sociais, e acolhe ainda 23 pessoas na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas. A instituição avança agora com mais um alargamento dos serviços prestados com a UCCI, em cooperação com os ministérios da Saúde e da Solidariedade

e Segurança Social.

Também a Associação Casa do Povo Maças de Dona Maria, em Alvaiázere, vai investir 4,5 milhões de euros na criação de 60 camas para cuidados continuados, um sonho antigo da Direção da instituição.

A Associação teve agora oportunidade de candidatar o projeto a um dos avisos do Plano de Recuperação e Resiliência, que foi aprovado e garantiu um financiamento de 2,5 milhões de euros.

O restante valor será suportado por verbas próprias da Casa do Povo e de um eventual recurso a um empréstimo bancário.

A construção da unidade de internamento, que vai integrar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, contempla 30 camas para convalescença e outras 30 para

cuidados continuados de longa duração.

A Casa do Povo de Maças de Dona Maria apoia mais de uma centena de pessoas nas diferentes valências que disponibiliza, nomeadamente Estrutura Residencial Para Idosos (45), Serviço de Apoio Domiciliário (56), Centro de Convívio (16), Cantina Social, serviço de transporte de doentes não urgentes e distribuição de cabazes a famílias carenciadas (25). A instituição tem ainda uma forte vertente cultural assegurada pelo Rancho Folclórico e Etnográfico Maças de Dona Maria.

O anúncio para a empreitada de construção da unidade foi publicado em Diário da República (DR), no passado dia 19 de agosto, e contempla um preço base de 4.528.751,57 euros, sem IVA. O prazo de execução projeto termina a 30 junho de 2026.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO
INTEGRADA DE
SERVIÇOS



SERVIÇOS
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO
COLETIVA



RESTAURAÇÃO
PÚBLICA E
CATERING DE
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO
ALIMENTAR



SEGURANÇA
HUMANA E
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E
INCENTIVOS



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N.º 10 - 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

RISCO DE POBREZA NO VALOR MAIS BAIXO EM 20 ANOS

1,7 milhões de portugueses estão abaixo do limiar e 300 mil crianças estão incluídas nesse patamar

O risco de pobreza em Portugal desceu em 2024 para o valor mais baixo dos últimos 20 anos, mas 1,7 milhões de pessoas continuam a viver abaixo do limiar de pobreza, 300 mil das quais são crianças.

Os dados estatísticos mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram que 15,4% das pessoas em Portugal estavam em risco de pobreza em 2024, menos 1,2 pontos percentuais do que em 2023, sendo que a taxa de risco de pobreza correspondia, em 2024, à “proporção de habitantes com rendimentos monetários anuais líquidos por adulto

equivalente inferiores a 8.679 euros (723 euros por mês)”.

Segundo o INE, esta diminuição da pobreza verificou-se em todos os grupos etários, mas de forma mais acentuada entre os mais idosos.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, no entanto, alerta, numa atualização ao estudo sobre desigualdades e pobreza em Portugal, para os 1,7 milhões de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza, ainda que as estatísticas mais recentes revelem que em 2024 cerca de 100 mil conseguiram deixar de ser pobres.

“Portugal continua a ser um país

onde 18,6% da população se encontra em situação de pobreza ou exclusão social, 8,6% da população empregada tem rendimentos que não lhe permitem escapar à pobreza e aproximadamente 300 mil crianças são pobres”, refere o estudo, iniciado em 2016 e da autoria de Carlos Farinha Rodrigues, que analisa a situação social do país.

De acordo com o estudo, nos últimos 30 anos, a taxa de pobreza baixou 7,6 pontos percentuais e o número de pessoas pobres diminuiu cerca de 29%, mas “Portugal continua a ser um dos países da União Europeia com elevada incidência de pobreza”.

O estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos aponta que não há informação detalhada sobre o perfil da pobreza infantil em 2024, mas, tendo por base os dados de 2023, refere que a incidência da pobreza é mais elevada entre adolescentes dos 12 aos 17 anos (19,2%), grupo que representa cerca de 40% das crianças em situação de pobreza.

A investigação salienta que cerca de 25% das crianças em situação de pobreza vive em famílias monoparentais, sobretudo mães solteiras, enquanto mais de 20% vivem em famílias numerosas. Cerca de 75% vivem em agregados familiares cuja principal

fonte de rendimento é o trabalho.

“A pobreza infantil concentra-se sobretudo nas grandes áreas metropolitanas, com 54% das crianças em situação de pobreza a residirem na Grande Lisboa e na região Norte; a taxa de pobreza supera os 38% entre crianças com pais de nacionalidade estrangeira”, lê-se no estudo.

Por outro lado, é nas famílias com crianças que se regista “um ligeiro aumento da incidência da pobreza, de 16,4% para 16,6%”, nomeadamente entre as famílias monoparentais, entre as quais a pobreza ultrapassa os 35%.

CSI

Aumento para cerca de 670 euros mensais será só fevereiro, mas com retroativos a janeiro

A atualização do valor do Complemento Solidário para Idosos, que aumenta 6,24% em 2026, será feita em fevereiro, com retroativos a janeiro, anunciou o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) aumenta 6,24% a partir de 01 de janeiro, para cerca de 670 euros mensais, de acordo com a portaria publicada em Diário da República.

Têm direito ao complemento os titulares de pensões de velhice e sobrevivência ou equiparadas de qualquer sistema de proteção social nacional ou estrangeiro, que residam legalmente em território nacional e satisfaçam as condições previstas na lei.

Têm igualmente direito a este complemento cidadãos nacionais que não reúnam as condições de atribuição da pensão social por não preencherem a condição de recursos e os titulares de subsídio mensal vitalício.

O objetivo da medida é combater a pobreza dos idosos com rendimentos mais baixos, obedecendo a atribuição e manutenção do subsídio a critérios de apuramento dos recursos dos requerentes e dos titulares da prestação.

No diploma publicado, o Governo mantém a previsão de aumento gradual do valor de referência do CSI para 870 euros em 2029.

IMPOSTOS

Novo ano traz desagravamento do IRS para a generalidade dos contribuintes

A entrada em 2026 traz um desagravamento do IRS para a generalidade dos contribuintes e, para refletir o alívio nos salários e pensões, as entidades que pagam os rendimentos terão de atualizar as retenções mensais, ainda não conhecidas.

A descida do imposto sobre os rendimentos deste ano decorre do Orçamento do Estado (OE2026) que entrou em vigor a 1 de janeiro, no qual estão consagradas três alterações ao Código do IRS que levam a um aumento do rendimento líquido dos trabalhadores e pensionistas.

Com o OE2026, há uma descida das taxas do 2.º ao 5.º escalões em 0,3 pontos percentuais, há uma atualização dos valores que definem os 9 degraus de rendimento em 3,51% em relação a 2025 (fazendo com que as taxas de cada escalão comecem a aplicar-se mais acima na escala dos rendimentos) e há um aumento do referencial do mínimo de existência (mecanismo que garante uma isenção total do IRS para quem recebe o salário mínimo e uma

redução parcial do imposto para quem tem um vencimento imediatamente acima).

Como o IRS é um tributo anual, é com base nos escalões que a Autoridade Tributária vai calcular o imposto sobre a totalidade dos rendimentos ganhos ao longo de 2026, de 01 de janeiro a 31 de dezembro. Entretanto, para refletir o desagravamento no imposto descontado todos os meses, o Governo terá de adaptar as tabelas de retenção na fonte aplicadas aos trabalhadores por conta de outrem e aos pensionistas. Fonte oficial do Ministério das Finanças confirmou à Lusa que as tabelas serão publicadas neste mês de janeiro, cabendo depois às entidades pagadoras (empresas privadas, serviços públicos, autarquias, IPSS e outras entidades, como a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações) processar os rendimentos deste ano de acordo com as novas taxas mensais.

Ainda não se sabe, no entanto, se as entidades vão conseguir aplicar as novas tabelas nos salários e

pensões de janeiro.

Em regra, quando as tabelas são conhecidas posteriormente ao primeiro processamento do ano, as entidades pagadoras podem corrigir os valores no mês seguinte. Para se saber o que acontece este ano será preciso esperar pelo despacho que fixa as novas tabelas.

Com o OE2026, a taxa do 2.º degrau baixa para 15,7% (em vez dos anteriores 16%), a do 3.º escalão passa para 21,2% (em vez de ser de 21,5%), a do 4.º patamar diminui para 24,1% (em vez de 24,4%) e a do 5.º fica nos 31,1% (em vez de 31,4%). Apesar de o desagravamento das taxas só acontecer nestes quatro patamares, os contribuintes de todos os escalões sentem uma descida do IRS, quer quem está acima, quer quem está abaixo, fruto das várias mudanças fiscais consagradas no Orçamento.

Além das novas taxas e dos novos limites dos escalões, o valor de referência do mínimo de existência sobe para 12.880 euros.

EM 2027

Idade da reforma avança para 66 anos e 11 meses

A idade legal de acesso à reforma vai avançar para os 66 anos e 11 meses em 2027, segundo uma portaria publicada, confirmando os valores estimados com base nos dados da esperança média de vida divulgados pelo INE. “A idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2027 (...) é 66 anos e 11 meses”, lê-se na portaria do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social publicada em Diário da República e com produção de efeitos a 01 de janeiro. Estes 66 anos e 11 meses correspondem a uma subida de dois meses face à idade normal de acesso à reforma a partir de janeiro de 2026.

A idade normal de acesso à pensão de velhice

varia em função da esperança média de vida aos 65 anos de idade, indicador publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

De acordo com a estimativa provisória da esperança média de vida aos 65 anos para o triénio 2023-2025, divulgada em novembro pelo INE, este valor foi estimado em 20,19 anos, apresentando um aumento de 0,17 anos (2,04 meses) relativamente ao triénio 2022-2024.

Em 2024, a idade de reforma manteve-se, nos 66 anos e quatro meses, face a 2023, ano em que se registou um recuo de três meses por comparação com a idade fixada para 2022, algo inédito desde que a idade da reforma passou a estar associada à

esperança média de vida.

Tanto a redução de 2023 como a manutenção da idade para 2024 estão associadas ao recuo na esperança média de vida devido à mortalidade associada à pandemia de covid-19 e a sua incidência junto da população mais idosa.

O valor provisório da esperança de vida aos 65 anos, apurado anualmente pelo INE, é divulgado em novembro servindo de referência para efeitos de determinação da idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social e do fator de sustentabilidade a aplicar ao montante estatutário das pensões de velhice do regime geral de Segurança Social.

Opinião

Henrique Rodrigues
Presidente do Centro Social de Ermesinde



O ano começa mal...

1 - “Não sei, meus filhos, que mundo será o vosso.” – exclamava Jorge de Sena, no início do poema “CARTA A MEUS FILHOS SOBRE OS FUZILAMENTOS DE GOYA”, do livro “Metamorfoses”, de 1963.

Passados mais de 60 anos – o espaço de mais do que uma geração – sobre a dúvida formulada por Jorge de Sena, que mundo é o nosso? Ou, dito de outro modo, porventura mais enfático, que fizemos nós deste mundo onde vivemos? Ou que deixámos que fizessem?

Escrevo esta crónica sob o impacto tão próximo da operação militar dos Estados Unidos de Trump contra a Venezuela. (Que semelhança, quer na designação, quer na substância do procedimento, com a “operação militar especial”, como Putin classifica a invasão da Ucrânia!).

Destinou-se a operação militar, na versão norte-americana, à “extracção” de Nicolás Maduro e sua mulher de Caracas e ao envio de ambos para Nova York, detidos, a fim de serem aí julgados.

(“Extracção”, foi mesmo este o termo dado oficialmente à detenção, neutralização e envio para a prisão nova-iorquina ...

Como se os detidos fossem coisas, que se removem, ou trocam de lugar, contra vontade, com pinças, ou com gruas, por determinação de outrem... no caso, para servirem de involuntários figurantes na respectiva reportagem, que, para entretenimento de Donald Trump, a televisão lhe ofereceu em directo.)

No momento em que escrevo, vejo a televisão informar-me que, com a operação de “extracção” do Presidente da Venezuela e sua mulher, morreram 40 pessoas, todas das forças venezuelanas. (Não houve mortos nem feridos por parte dos

atacantes, como informaram as autoridades norte-americanas.)

Regresso a Jorge de Sena e aos fuzilamentos de Goya: escrevia Sena aos seus filhos: “Acreditai que nenhum mundo, que nada nem ninguém/vale mais do que uma vida ou a alegria de tê-la./...Confesso que/muitas vezes, pensando no horror de tantos séculos / de opressão e crueldade, hesito por momentos/e uma amargura me submerge inconsolável./Serão ou não em vão?/ Mas, mesmo que o não sejam, /quem ressuscita esses milhões, quem restitui /não só a vida, mas tudo o que lhes foi tirado?/ Nenhum Juízo Final, meus filhos, pode dar-lhes/ aquele instante que não viveram, aquele objecto /que não fruíram, aquele gesto/ de amor que fariam «amanhã»”.

2 - Trata-se de um adquirido geral a noção de que a presidência de Donald Trump se tem traduzido numa sucessão contínua de delírio e de mau gosto.

Vemos com frequência na televisão o gozo infantil do presidente dos EUA – que é o homem mais poderoso do mundo – ao exibir, para o aplauso dos seus próceres, a aposição da sua assinatura em decretos e ordens executivas, ou outros documentos oficiais, devidamente enquadrado pela corte dos fiéis, aplaudindo cada fala ou cada gesto do Líder.

Tem qualquer coisa de ridículo ver aquele friso de notáveis a servir de moldura na Sala Oval, a saudar com uma salva de palmas cada exibição da assinatura de Trump, feita com um marcador, a traço grosso...

Por outro lado, já ninguém tem dúvidas sobre o papel de Trump como “pivot” da estratégia russa de se apoderar de parte da Ucrânia, que se manifestou na humilhação pública feita a Zelensky na Casa Branca, por Trump e pelo seu Vice-Presidente, ou nos sucessivos ultimatos dirigidos à Ucrânia para ceder às pretensões russas, designadamente no que toca à cedência de território ucraniano.

3 - Não se duvida de que Nicolás Maduro não possuía legitimidade para o cargo de Presidente da

República.

As eleições que o “elegeram” são comparáveis às que elegeram Américo Tomás em 1958 – em que os cidadãos deram nas urnas a vitória a Humberto Delgado, mas as autoridades atribuíram falsamente a vitória a Américo Tomás.

Ora, quem removeu Américo Tomás da Presidência, já em 1974, e com ele a ditadura do Estado Novo, foi o Movimento das Forças Armadas, em aliança com os portugueses.

Mas, para tal feito, não veio ninguém de fora restituir-nos a liberdade; e muito menos quem não tem legitimidade, nem idoneidade, nem pergaminhos democráticos.

O mesmo se passa, ou deveria passar, noutras latitudes.

Os povos têm o direito de escolher quem os governe; mas também de os sacudir, quando não sirvam.

Também na Venezuela o povo merecia libertar-se do ditador – mas teria de ser o mesmo povo a fazê-lo.

Não faz qualquer sentido trocar um ditador por outro; para mais, tratando-se de um estrangeiro predador.

Com a ofensiva norte-americana, como já bem se percebeu, os recursos naturais existentes no País, ao invés de reverterem para o bem-estar e a melhoria das condições de vida dos venezuelanos – a quem o país pertence – têm já o destino

traçado e proclamado pelos ocupantes: serão para indemnizar os custos da intervenção, segundo o preço definido pelo invasor, que “faz e baptiza”; e para serem explorados pelas grandes empresas petrolíferas dos Estados Unidos.

São os norte-americanos que o dizem ...

4 - Há uma outra dimensão desta operação que nos deve servir de alerta: Trump anunciou que os EUA governarão no futuro a América Latina e ocupará todos os territórios que sejam considerados por si próprio como necessários à segurança dos Estados Unidos ou aos seus interesses.

Vista à luz desta operação na Venezuela, ganha outra dimensão a ameaça de ocupação de Gronelândia e da integração do Canadá, feita há alguns meses por Trump.

E percebe-se por que razão a Ucrânia está a ser atraída todos os dias.

A operação dos EUA na Venezuela não tem natureza diferente da invasão da Ucrânia pela Rússia.

É também a vizinhança da Rússia que fundamenta a reivindicação desta de desmilitarizar a Ucrânia e de a transformar numa zona-tampão relativamente ao território europeu da NATO – por razões de segurança, alega a Rússia.

É bem verdade que o inimigo principal é o que está mais perto ...





**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚚

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
UISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt

ASSOCIAÇÃO INTEGRAR, COIMBRA

Há 31 anos a ajudar quem mais precisa

A Associação Integrar celebrou 31 anos de ajuda aos mais desprotegidos, até porque “as situações de pobreza extrema têm vindo a aumentar, havendo a noção que aparecem mais pessoas ao longo do ano”, afirmou Jorge Alves, presidente da instituição sediada em Coimbra.

“Infelizmente, tem havido um aumento do número de casos de pessoas que recorrem à instituição, sendo o reflexo das dificuldades que, cada vez mais, se têm vindo a instalar pelo país fora”, sustentou Jorge Alves, acrescentando: “Em 2024, foram servidas 12 mil refeições, mas este ano esse número vai acabar por chegar às 14 mil refeições servidas”.

A Associação Integrar está aberta 365 dias por ano, abrindo todos os fins-de-semana e feriados, pois “quem necessita precisa de comida também ao fim-de-semana, não só de segunda a sexta-feira”. E por essa razão, a Cozinha

Solidária da instituição esteve aberta nas Festas de Natal e Fim de Ano, dando aconchego a quem pouco ou nada tem.

“Acredito que nada se constrói sem esforço e persistência”, começou por dizer Gil Tavares, presidente da UDIPSS Coimbra, na sessão comemorativa no UC Exploratório, lembrando que “as direções das IPSS lutam contra imensas adversidades, como a falta de reconhecimento, de meios financeiros e de pessoal e dos custos de manutenção elevados”.

Por fim, Gil Tavares deixou um rasgado elogio ao percurso da instituição aniversariante: “O trabalho da Integrar tem sido fundamental, tendo conseguido ultrapassar todas as dificuldades chegando aos objetivos traçados”.

Em sintonia com o espírito da instituição, José Maria, em representação do Centro Distrital de Segurança Social



de Coimbra, sublinhou que, “cada vez mais, a Integrar é um parceiro estratégico naquilo que é o apoio às pessoas mais necessitadas do concelho de Coimbra”.

Como uma espécie de prenda de aniversário antecipada, por ocasião do Dia Internacional do Voluntariado, a Associação Integrar foi distinguida com o Troféu Português do Voluntariado 2025, com triunfos em duas das categorias: Revelação e Sénior.

“Este reconhecimento evidencia o impacto, a qualidade e a dedicação do trabalho desenvolvido pela Associação Integrar, refletindo o compromisso contínuo da instituição com a promoção do voluntariado enquanto instrumento de transformação social”, pode ler-se na note enviada à redação.

Os vencedores são os voluntários Luís Almeida (Revelação), da Equipa de Rua, e Conceição Gouveia (Sénior), da Cozinha Solidária.

ASSOCIAÇÃO AJUDA DE MÃE, SANTARÉM

Novas instalações foram prenda no 18º aniversário da instituição

A Ajuda de Mãe assinalou a chegada à maioria com a inauguração do seu novo espaço em Santarém, um edifício adaptado para cumprir as exigências da Segurança Social em termos de acessibilidade e condições técnicas.

As novas instalações, um espaço cedido pela Câmara Municipal de Santarém, abre perspectivas à Ajuda de Mãe para se candidatar a um Centro de Apoio à Vida no distrito, o que permitirá ampliar a sua atuação e impacto.

Na cerimónia de inauguração, Pedro Marques, presidente da instituição, sublinhou “a importância da missão que a mesma desenvolve, uma missão única e profundamente humana, que se alicerça em direitos fundamentais, como o direito à vida”.

“Esta missão vai muito além do simples direito de nascer, abrangendo também o direito de cada pessoa viver com dignidade, num compromisso contínuo com a promoção do bem-estar e da valorização da vida em todas as suas dimensões”, acrescentou.

Por seu turno, Lígia Cruz Nestal, responsável pelo acompanhamento das

famílias, sustentou que “o novo espaço representa uma oportunidade para continuarmos a crescer e a gerar impacto junto das famílias, proporcionando melhores condições de acolhimento e acompanhamento”.

Lígia Cruz Nestal lembrou ainda os desafios que persistem, nomeadamente “a necessidade de estabelecer um acordo de cooperação com o Centro Distrital da Segurança Social de Santarém”.

“Apesar de Santarém ser capital de distrito, não existem espaços convencionados para a realização de ecografias obstétricas, realidade que se estende a praticamente todo o distrito”, alertou, lembrando que, “mesmo no sector privado, se verificam fortes constrangimentos de agenda, dificultando que estas ecografias sejam realizadas em tempo útil, o que tem contribuído para a existência de muitas gravidezes mal vigiadas”.

Para além da área da saúde, para a técnica há ainda outro problema grave, que é a falta de resposta adequada na habitação e no acolhimento infantil.

Fundada em 2007 e contando,



atualmente, com uma equipa técnica e cerca de 16 voluntários, a Ajuda de Mãe tem crescido ao longo dos anos e lançado alguns novos projetos.

Nesse particular, destaque para o ReUse, que alia empreendedorismo social e ambiental e solidariedade, capacitando mães vulneráveis na área da costura e reutilização de vestuário, oferecendo-lhes formação e oportunidade de inclusão social.

A instituição tem, ao longo dos últimos 18 anos, desenvolvido um trabalho de proximidade no apoio a mulheres grávidas e famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo a capacitação

e a integração socioprofissional, a proteção da maternidade e o desenvolvimento saudável das crianças.

O perfil das mães que procuram a associação é, na sua maioria, de situações vulneráveis, com gravidezes não planeadas e fragilidade económica, muitas com contratos temporários não renovados depois da gravidez. Além de mães portuguesas, a Ajuda de Mãe tem recebido um número crescente de mães imigrantes de países como Angola, Brasil, Nepal e Índia, que na associação são apoiadas em várias áreas, desde o acompanhamento pré-natal até à integração no mercado de trabalho.

PRISÃO EFETIVA

Padre Arsénio Isidoro condenado a cinco anos

O padre Arsénio Isidoro, antigo diretor da Casa do Gaiato de Loures, foi condenado a cinco anos de prisão efetiva pelo desvio de quase 800 mil euros de várias IPSS.

Segundo a decisão do tribunal, o sacerdote utilizou verbas das instituições para financiar, em conjunto com Ana Cristina Gabriel, uma vida de luxo, recorrendo a contas bancárias e estruturas associadas às organizações sociais. A mulher, gestora de profissão e tesoureira de IPSS, foi condenada a quatro anos e seis meses de prisão efetiva. Ambos foram ainda condenados ao pagamento de indemnizações no valor global de 2,5 milhões de euros, destinadas a ressarcir as instituições lesadas.

Segundo a decisão judicial, mais de 513 mil euros terão de ser pagos à Associação Protetora Florinhas da Rua e cerca de 560 mil euros ao Centro Comunitário e Paroquial da Ramada.

Foi igualmente declarada perdida a favor do Estado o montante de 1,6 milhões de euros, correspondente a vantagens económicas obtidas com os desvios, valor que os dois arguidos terão também de pagar.

O tribunal deu como provado que os arguidos aplicaram os fundos desviados das IPSS em despesas pessoais, viagens, bens de luxo e outros gastos alheios às finalidades das instituições.

FICHA TÉCNICA



**Confederação Nacional
das Instituições de
Solidariedade**

Propriedade:

CNIS (Confederação Nacional
das Instituições de Solidariedade)
- Rua da Reboleira, 47 - 4050-492
Porto - NIF: 501 146 253

Telefone: 22 606 86 14

Fax: 22 600 17 74

e-mail:

jornal.solidariedade@gmail.com

Sede de Redação e de Editor: Rua
da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto

Diretor: Padre Lino Maia

Diretor-Adjunto:

Padre José Baptista

Editor: V.M. Pinto

Redação: Milene Câmara, Pedro
Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira

Colaboradores: Eugénio Fonseca,
Henrique Rodrigues, José
Figueiredo e Paulo Pedroso

Estatuto Editorial:

[http://www.solidariedade.pt/site/
mostrapdf/13446](http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446)

Impressão:

Unipress - R. Anselmo Braancamp,
220 - Granja 4410-359 Arcozelo -
Vila Nova de Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares

Depósito Legal n.º 11753/86,
ICS-111333

ESTUDO ACOMPANHA CRIANÇAS HÁ MAIS DE UMA DÉCADA

Até aos dois anos de idade a exposição elevada a ecrãs é prejudicial

As crianças expostas a níveis elevados de tempo de ecrã antes dos dois anos de idade apresentaram alterações no desenvolvimento cerebral que foram associadas a uma tomada de decisão mais lenta e a um aumento da ansiedade na adolescência.

Um estudo que acompanha crianças há mais de uma década indica também que a leitura partilhada entre pais e filhos pode contrariar estes efeitos, de acordo com uma publicação na eBio-Medicine citada pela agência Efe.

Investigadores do Instituto para o Desenvolvimento Humano e Potencial (A*STAR IHDP) da Universidade Nacional de Singapura utilizaram a imagiologia cerebral em múltiplos momentos para mapear uma possível via biológica desde a exposição a ecrãs na infância até à saúde mental na adolescência.

Este é o primeiro artigo a incorporar medições que abrangem um período tão longo, “destacando as consequências duradouras do tempo de ecrã na infância”, destacou a Universidade de Singapura em comunicado.

A infância é um período de rápido desenvolvimento cerebral e de particular sensibilidade às influências ambientais. Além disso, a quantidade e o tipo de tempo passado em frente aos ecrãs dependem muito da consciencialização e das práticas dos pais e dos encarregados de educação, o que realça a importância da orientação e intervenção precoces.

Os investigadores acompanharam 168 crianças, realizando exames de imagem cerebral aos 4, 5, 6 e 7,5 anos de idade.

Isto permitiu rastrear o desenvolvimento das redes cerebrais ao longo do tempo, em vez de se basear numa única avaliação.

As crianças com maior tempo de ecrã durante a infância apresentaram uma maturação acelerada das redes cerebrais responsáveis pelo processamento visual e pelo controlo cognitivo, o que pode ser atribuído à intensa estimulação sensorial proporcionada pelos ecrãs.

A equipa observou que o tempo de ecrã medido aos três e quatro anos de idade não apresentou os mesmos efeitos, sublinhando o porquê de a infância ser um período particularmente sensível. “A maturação acelerada ocorre quando certas redes cerebrais se desenvolvem muito rapidamente, geralmente em resposta a adversidades ou outros estímulos”, salientou o investigador Huang Pei, um dos autores do estudo.

Durante o desenvolvimento normal, as redes cerebrais especializam-se gradualmente ao longo do tempo, mas nas crianças com elevada exposição a ecrãs, as redes que controlam a visão e a cognição especializaram-se mais rapidamente, antes de desenvolverem as ligações eficientes necessárias para o pensamento complexo.

Isto pode limitar a flexibilidade e a resiliência, tornando a criança menos capaz de se adaptar



mais tarde na vida, acrescentou a universidade.

As crianças com estas redes cerebrais alteradas demoraram mais tempo a tomar decisões durante uma tarefa cognitiva aos 8,5 anos de idade, sugerindo uma redução da eficiência ou flexibilidade cognitiva.

As que demoraram mais tempo a tomar

decisões também apresentaram níveis mais elevados de sintomas de ansiedade aos 13 anos.

As descobertas sugerem que a exposição a ecrãs na infância pode ter efeitos que se estendem muito para além da primeira infância, moldando o desenvolvimento cerebral e o comportamento anos mais tarde.

Lavandarias Profissionais IPSS



 milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MALA TELM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial

 Miele